

## PROJETO DE EXTENSÃO: OBSERVATÓRIO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL<sup>1</sup>

**Élisson Cesar Prieto<sup>2</sup>, Mariana Mendes Silva<sup>3</sup>, Rafael Alves Barbosa<sup>4</sup>**

O projeto de extensão universitária “Observatório do Licenciamento Ambiental” está sendo executado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por docentes e estudantes, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex).

O objetivo do projeto é a investigação e divulgação dos processos de Licenciamento Ambiental em escala local e regional e o apoio técnico às entidades da sociedade civil na participação nas reuniões dos conselhos de política ambiental, por meio do diálogo participativo e interdisciplinar, sobretudo nas áreas da Geografia e do Direito.

Segundo a Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. O Licenciamento Ambiental é um desses mecanismos, pois ele promove a interface entre o empreendedor, cuja atividade pode vir a interferir na estrutura do meio ambiente, e o Estado, que garante a conformidade com os objetivos dispostos na política estabelecida.

O Licenciamento Ambiental, portanto, é o procedimento pelo qual o órgão ambiental competente avalia, autoriza e monitora a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais e que sejam consideradas potencial ou efetivamente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental. É graças aos instrumentos de licenciamento ambiental (Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, Planos de Controle, Avaliações ambientais integradas ou estratégias, Audiências Públicas, etc) que a administração pública define medidas preventivas e de controle a serem adotadas nos empreendimentos de forma compatível com o desenvolvimento sustentável.

No âmbito local e regional na área de influência da UFU, o licenciamento ambiental é submetido à avaliação dos órgãos executivos e à deliberação pelos órgãos colegiados, onde há representação do poder público e da sociedade civil organizada. No escopo regional, compete ao Conselho de Política Ambiental (Copam – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) apreciar os processos de empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento estadual). Na esfera municipal, cabe ao Conselho de Desenvolvimento Ambiental (Codema – Uberlândia), a mesma tarefa, emitindo ou não as respectivas licenças, em conformidades com os estudos apresentados e a interpretação da legislação ambiental aplicável.

Contudo, como define o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o *“licenciamento é, sim, palco de conflitos; pois é espaço de democracia”*. Atualmente, os processos de licenciamento ambiental tem sido objeto de estudos, pesquisas, opiniões, críticas, desacordos, que muitas vezes colaboram para o rearranjo institucional e a correção das deficiências, mas outras vezes alimentam disputas e embates políticos e econômicos.

---

1 O presente trabalho encontra-se em andamento, sendo este resumo inédito e não submetido a nenhuma outra publicação ou veiculação por evento ou revista,

2 Professor Mestre do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, [elisson@ig.ufu.br](mailto:elisson@ig.ufu.br)

3 Estudante de graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, [marianamendes\\_01@yahoo.com.br](mailto:marianamendes_01@yahoo.com.br)

4 Estudante de graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, [rafaellalvess@hotmail.com](mailto:rafaellalvess@hotmail.com)

É sabido, por exemplo, que os empreendedores de atividades potencialmente poluidoras ou que degradam o meio ambiente – como mineração, centrais hidrelétricas, usinas de álcool, silvicultura, loteamentos e condomínios fechados – possuem forte poder econômico e contratam técnicos para apresentação de estudos favoráveis aos empreendimentos, mesmo com impactos graves ao meio ambiente. É certo, inclusive, que alguns dos problemas dos licenciamentos dizem respeito a má qualidade e pouca eficácia dos estudos e planos, da falta de transparência do processo e da reduzida participação da população afetada.

Este processo exige um conhecimento técnico que, muitas vezes, os interessados e representantes de organizações não-governamentais e entidades representativas da comunidade, não possuem apoio ou assessoria técnica, sequer para acompanhar e avaliar os processos em discussão, dependendo, muitas vezes, do voluntarismo de poucos colaboradores e encontram dificuldades para articular a defesa de seus direitos nos processos de licenciamento. Assim, observa-se uma assimetria entre quem propõe empreendimentos e atividades, com forte poder político e econômico, e aqueles que lutam pelos direitos das comunidades afetadas e da preservação ambiental, como entidades sociais e ambientalistas.

A proposição, portanto, de um projeto de extensão sobre Licenciamento Ambiental originou-se justamente dessa necessidade constatada por pesquisadores e militantes da causa ambiental do distanciamento entre pesquisas e atividades de extensão das instituições acadêmicas – inclusive a Universidade Federal de Uberlândia – e as demandas referentes ao Licenciamento Ambiental, viabilizando a participação de profissionais, pesquisadores e estudantes comprometidos com o compartilhamento de experiências, estudos e pesquisas e com a discussão participativa, para a promoção de uma visão crítica sobre o Licenciamento Ambiental,

É neste contexto que se justifica este projeto de extensão que tem como objetivo mais amplo viabilizar a participação popular, com apoio e assessoria técnica e acadêmica, com o prestígio que a Universidade Federal de Uberlândia, para efetiva participação nos processos de licenciamento ambiental.

O projeto de extensão “Observatório do Licenciamento Ambiental” foi apresentado e aprovado em 2009 no âmbito do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (PEIC) pela Pró-Reitoria de Extensão da UFU (Proex), para vigorar no período de fevereiro a setembro de 2010. Com o apoio financeiro da Proex, foi viabilizada a contratação de estudantes bolsistas, um do curso de Geografia e outro do curso de Direito, face à abrangência inter e transdisciplinar do tema Licenciamento Ambiental.

A proposta tem como objetivo principal o de qualificar, por meio do diálogo participativo a intervenção da sociedade civil na discussão dos processos de licenciamento ambiental em órgãos colegiados de abrangência regional e local, que são o Conselho de Política Ambiental (COPAM – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) e o Conselho de Desenvolvimento Ambiental (Codema – Uberlândia), respectivamente.

Relevante destacar também que a UFU já possui assentos, isto é, representantes designados pelo Reitor, em ambos os conselhos. A instituição, por seu corpo docente, técnico e discente, pode e deve cooperar com a sustentabilidade ambiental, que é um dos compromissos assumidos em sua missão institucional e o projeto reafirma essa disposição.

A intenção do projeto, portanto, não é apenas o de informar, mas de interagir com os segmentos sociais diversos, entendendo que sua participação no processo pode contribuir para a legitimidade da gestão pública do meio ambiente em Uberlândia e na região do entorno, apoiando e qualificando a participação da sociedade civil na discussão de processos de licenciamento ambiental nos conselhos de política e gestão ambiental.

Assim, para chegar aos resultados esperados, partiu-se das seguintes metas:

- que os representantes de entidades e organizações não governamentais e cidadãos sejam qualificados e assessorados em sua participação perante as instâncias e atividades do COPAM e CODEMA;

- que os processos de licenciamento de empreendimentos e atividades contem com mais um mecanismo de avaliação e acompanhamento, sempre em defesa do meio ambiente e das comunidades afetadas;
- o lançamento de bases para a consolidação, pelos órgãos públicos e pelas organizações da sociedade civil, de um instrumental eficiente e factível de monitoramento contínuo dos processos de licenciamento ambiental.

Para atingir essas metas, o projeto tem adotado uma série de procedimentos que visem alcançar os objetivos propostos nesse, tendo a metodologia como essencialmente participativa. Assim sendo, as atividades a serem desenvolvidas são:

- pesquisa e produção de informações e pareceres sobre processos;
- reuniões para preparação sobre as pautas dos conselhos do COPAM e CODEMA com as ONG's, entidades comunitárias, população afetada por empreendimentos e os órgãos competentes;
- produção e divulgação de boletim sobre processos de licenciamento ambiental para acompanhamento das reuniões dos conselhos;
- participação em reuniões, visitas, debates, consultas, audiências públicas e encontros tanto para obter conhecimento quanto para a troca de informações e experiências;
- trabalhos de campo quando preciso para identificação dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento;
- reunião semanal de avaliação do projeto e balanço das atividades do projeto.

No caso dos empreendimentos de grande porte e que estão sujeitos ao licenciamento ambiental tanto para conseguirem a licença prévia, a licença de instalação quanto a licença de operação – corretiva ou não – são avaliados mais profundamente pela equipe de professores colaboradores e bolsistas, inclusive com sugestão de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, pelos conselheiros participantes das reuniões.

Importante registrar que as opiniões e análises produzidas no âmbito do projeto sobre os processos de licenciamento não constituem posição da Universidade sobre o assunto, nem vinculam quaisquer representantes a sua concordância. Além disso, sempre que possível, as análises do processos contemplam os debates realizados e expõe publicamente as posições divergentes dos segmentos interessados.

Em uma etapa seguinte está sendo organizada a produção da UFU sobre licenciamento ambiental e estudos de casos já pesquisados, bem como a montagem de um *site* na internet do projeto para divulgação das atividades e resultados do projeto. Ao final do período, será elaborado um relatório final do projeto que objetivará analisar se os objetivos propostos e os resultados esperados foram efetivamente alcançados, relatando também os parceiros facilitadores dos trabalhos, o papel desempenhado pelos órgãos públicos, as dificuldades enfrentadas e os acertos e desacertos da equipe e dos seus colaboradores.

Deve-se esclarecer que, apesar do projeto se encerrar em setembro de 2010, espera-se que o trabalho de apoio e assessoria à sociedade civil quanto ao licenciamento ambiental possa continuar, com outro financiamento ou incorporado como atividade da UFU, inclusive quanto a sua constituição enquanto observatório de políticas públicas, quem sabe para acompanhar a implementação e verificação do cumprimento de medidas mitigadoras e/ou compensatórias aprovadas pelos conselhos para concessão das licenças ambientais.

Enfim, o projeto justifica-se por possuir grandes potencialidades na articulação da produção do conhecimento ambiental com a intervenção social, na troca de informações e experiências e na democratização e transparência do processo de Licenciamento Ambiental, contribuindo para uma maior transversalidade entre saberes acadêmicos, dos segmentos diversos da sociedade e dos órgãos públicos, algo fundamental para a implementação de um

desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portal Nacional de Licenciamento Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=46>>. Acesso em: 15/03/2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **A Questão Ambiental em Minas Gerais; discurso e política**. Belo Horizonte, 1998.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental – Coleção Ambiental**. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Barueri/SP: Manole, 2004.